

Editorial

A Revista Lusófona de Educação surgiu em 2003 como um projeto (científico) editorial do então Observatório de Políticas de Educação e de Contextos Educativos, uma Unidade de Investigação e Desenvolvimento constituída no seio da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, antecessora do atual Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeIED). No Editorial do nº 1 escrevemos que a revista surgia de um “cruzamento de propósitos entre a vontade de afirmar um campo (e um trabalho) científico e um objetivo geral de afirmar a lusofonia como um espaço, não de velhos saudosismos (neo)coloniais [...], mas de afetividades e de cooperação solidária entre comunidades académicas que partilham, para além de uma língua comum forjada numa rica mestiçagem histórica, objetivos de difusão e internacionalização da sua produção científica” (p.6).

Dez anos depois, em 2013, a RLE passou a ser editada em quatro línguas: para além do português, a sua matriz, o inglês, o espanhol e o francês. Como então se justificava, “foi uma decisão ponderada, que assume o caráter cosmopolita da produção científica e a defesa dessas quatro línguas como línguas de difusão científica (e não apenas o inglês). Esperamos que essa decisão não descaraterize a RLE e, pelo contrário, a permita confirmar como uma revista internacional de primeiro plano nas Ciências da Educação” (Editorial da RLE 24, p. 5). Sete anos depois dessa decisão, na avaliação que fazemos, essa decisão cumpriu plenamente o objetivo de afirmar a RLE como uma ‘revista internacional de primeiro plano’, como o atestam as indexações nas principais redes internacionais e a procura de publicação dos cientistas sociais da educação, não apenas do espaço lusófono, mas crescentemente de outros espaços, em particular do ibero-americano e francófono.

No sentido de reforçar este caminho de internacionalização da RLE, foi constituída uma nova estrutura redatorial, que passa a orientar

editorialmente o trabalho da revista. Essa estrutura é composta pelos editores portugueses que asseguravam a coordenação da revista a que agora se associam editores internacionais provenientes de outros espaços linguísticos (e académicos) correspondentes às línguas em que a RLE se publica. Na ficha técnica deste número encontra-se já a nova composição dos responsáveis editoriais e, no final da edição, uma breve apresentação do currículo dos atuais editores da RLE. A esse reforço da equipa editorial junta-se a permanência da cooperação com outros centros de investigação, nacionais e internacionais, na organização de dossiers temáticos, associando editores convidados em cada número.

O trabalho científico, em educação como noutros campos do conhecimento, é sempre um trabalho coletivo. E, neste tempo de frias linguagens estabelecidas pelos rankings, torna-se necessário uma ciência social que ajude a um ‘reencantamento’ das políticas de educação e das práticas educativas, que assegurem a universalidade da condição humana e o direito de todos a aprender, na sua diversidade e unidade.

2. Quer queiramos ou não, o mundo está em constante mudança. Tudo flui, nada permanece fixo na instabilidade da vida. O permanente e o transitório estão continuamente em tensão e em conflito, dominado por incertezas e riscos. Mas, a particularidade da mudança em curso está na aceleração do tempo e no fenómeno da globalização. O regime do tempo social e da organização do espaço foi drasticamente alterado. É como se os intervalos de tempo fossem suprimidos e a distância espacial anulada. É preciso pensar a complexidade da mudança no contexto da globalização, das mudanças em curso. Novas ofertas, nova procura, novas tecnologias, a galáxia internet, novo mercado, nova concorrência, novas hierarquias...novos relacionamentos, novos poderes. Precisamos de um conhecimento que conheça o conhecimento que é necessário construir para responder aos problemas, perigos e oportunidades da era da globalização. Como se articula a relação do que queremos ser com o que somos, o futuro com o passado da condição humana? Que convergência ou complementaridade do conhecimento procurar? De que modo transgredir as fronteiras disciplinares? Que paradigma formativo seguir que melhor sirva o desenvolvimento humano? Ou é a racionalidade mercantil a determinar e a subjugar o conhecimento necessário?

Isto coloca novos desafios às instituições de formação. Precisamos de uma formação que acolha criticamente as mudanças na nova ordem económica da globalização de modo a que a supressão das desigualdades corresponda a novas oportunidades para todos. Por isso, parece-nos pertinente trazer para o dossier da RLE 47 a temática da Internacionalização do Ensino Superior Português: diferenças e oportunidades

Para além da temática constante no dossier, a REL 47 conta ainda com mais artigos. Cristina Pulido, Ana Ancheta e Wisleyn Oliveira-Dri presenteiam-nos com *Privatización Educativa en Brasil: reinventando las Escuelas de Bajo Costo*. O artigo aborda o problema da educação como negócio pondo em destaque a vulnerabilização do direito da

educação. O objetivo do estudo é a análise do discurso e das estratégias de marketing seguidas para a recente instalação das escolas Luminova de baixo custo, desde o final de 2018, no Estado de São Paulo (Brasil). Concretamente investigou-se o Grupo Sistema Educativo Brasileiro, uma entidade multinacional. Utilizaram como metodologia a da análise de conteúdos qualitativos aplicados em notícias de imprensa, páginas web do Grupo Sistema Educacional Brasileiro e artigos de opinião sobre a multinacional educacional em estudo. Como conclusão do estudo, os autores referem que as estratégias de marketing para a instalação de escolas de baixo custo Luminova em São Paulo são típicas do capitalismo criativo e utilizam um discurso neoliberal polarizado para destacar as falhas da oferta pública *versus* as virtudes do privado (novas tecnologias, segurança, inglês e inovação).

Segue-se o artigo de Caroline Lievore, Luiz Alberto Pilatti e João Alberto Sobrinho Teixeira com o título Universidade Tecnológica do Paraná e Instituto Politécnico de Bragança: uma perspectiva de coesão territorial. O estudo visa compreender o papel da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) no Brasil e do Instituto Politécnico de Bragança (IPB) em Portugal, no que diz respeito às políticas internas desenvolvidas numa perspectiva de coesão territorial e de afirmação nacional e internacional, com vista ao desenvolvimento regional. É de referir que a UTFPR é a primeira e única Universidade Tecnológica (UT) do Brasil, criada em 2005 e o IPB foi criado a partir da Reforma de Veiga Simão (1973) como parte de uma estratégia política no final do Estado Novo em Portugal. O *corpus* documental da pesquisa é composto por documentos oficiais da instituição e entrevistas semiestruturadas aplicadas a gestores envolvidos tanto no processo de constituição destas instituições quanto de seu momento atual. Os dados foram tratados através da técnica de Análise de Conteúdo. Como conclusão constatou-se que as atividades extensionistas estavam mais presentes nos primeiros anos da UTFPR e que se verifica pouco incentivo da UTFPR para a extensão, não existindo políticas internas que meçam o relacionamento dos docentes com o meio. Por outro lado, no IPB verificou-se que a instituição conseguiu organizar estratégias próprias e redefinir a sua missão voltada para o desenvolvimento da região.

Na secção, Recensão, Jacqueline Rodrigues Pino revisita o livro *Vigiar e Punir- Nascimento da Prisão*, de Michel Foucault. Trata-se de uma leitura pormenorizada e rigorosa sobre esta obra que constitui, no campo da investigação em educação, uma referência teórica para muitos trabalhos.

No cumprimento de uma das rubricas da política editorial da *Revista Lusófona da Educação*, divulgam-se, neste número, alguns resumos de Dissertações de Mestrado defendidas no Instituto de Educação da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

António Teodoro, José V. Brás & Maria Neves Gonçalves